

UMA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DO PONTO DE VISTA DE UM ESTUDIOSO DA VIOLÊNCIA

LUIZ EDUARDO SOARES*

O pesquisador que se dedica a estudar os fenômenos associados à violência, particularmente à criminalidade, se tiver sido formado(a) em alguma vertente do pensamento crítico, vive um drama de consciência, de natureza simultaneamente teórica, política e ética. Experimenta, por assim dizer, as vicissitudes de uma dupla consciência: por um lado, sabe muito bem que não faria sentido, hoje, voltar à idealização romântica e simplista dos anos sessenta, quando era comum atribuir ao criminoso funções políticas nobres; por outro lado, reconhece quão problemático é, hoje, no Brasil e nos países da periferia do capitalismo, traçar uma linha divisória clara entre o mundo da ordem legítima e submundo da marginalidade ilegal, ilegítima e criminosa.

Havia, nos anos sessenta (um pouco antes e um pouco depois), a idéia do bom bandido, herói de seu povo, vingador de sua classe, que enfrentava as forças do capitalismo e da propriedade privada nos mais diversos *fronts*, de peito aberto. Hélio Oiticica proclamou: "Seja marginal, seja herói". O cinema brasileiro, então no auge de sua revolução estética e política, atribuía densidade psicológica e riqueza subjetiva ao "bandido da luz vermelha" (refiro-me ao excelente filme de Rogério Sganzerla), O cangaceiro era objeto de estudos sérios, como o de Ruy Facó, de criação cinematográfica, e sua figura às vezes era superposta à imagem do líder popular messiânico, o condutor carismático das massas em

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

um contexto que Hobsbawm denominou "pré-político", justamente em seu estudo sobre banditismo. Lembremo-nos da filmografia de Glauber Rocha, sobretudo de "Deus e o Diabo na Terra do Sol" e "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro".

Também o malandro ocupava uma posição ambígua e frequentemente idealizada, mesmo quando diretamente vinculado à criminalidade. Vale citar o ótimo filme "Rainha Diaba", em que Madame Satã reúne algumas características contraditórias, como a aura sedutora do *glamour*, compaixão solidária, lealdade, liderança, magnetismo erótico e crueldade criminoso. Mas seria também pertinente mencionar a "Ópera do Malandro", de Chico Buarque e Ruy Guerra, as canções de Noel Rosa e Wilson Batista, e as obras primas de Nelson Pereira dos Santos, "Rio Zona Norte" e "Rio Quarenta Graus", em que a travessia entre o mundo da ordem e suas margens é carregada de humanidade, ambivalência e de um tratamento cálido e dignificante. Já nos anos setenta, uma geração de jornalistas cariocas contrários á ditadura -- como Jaguar, Henfil, Ziraldo, Sérgio Cabral e até mesmo Paulo Francis -- cerrou fileiras em torno de O Pasquim, jornal que tendia a assumir a defesa militante do *ethos* da malandragem, seja pelo humor irreverente, seja pela ironia cáustica, seja pelo compromisso com valores homofóbicos e misóginos, seja pela valorização dos espaços e das práticas que contrastavam com o mundo do trabalho ou com a disciplina produtiva: a preguiça, o calor, a praia, a cerveja, o sexo. O Pasquim consagrou uma imagem hedonista do Rio de Janeiro, combinando a romantização do bossa-nova com a atribuição de legitimidade a protagonistas do mundo da contravenção (lembremo-nos da célebre entrevista com Castor de Andrade). Os bicheiros que começaram a frequentar a cena cotidiana da cidade pela porta dos fundos, de um jornal de oposição, acabaram recepcionados no Palácio Guanabara, pelo Governador Moreira Franco, como celebridades da sociedade local. Voltando ao campo das ciências sociais, por muito tempo tinha mais *appeal* a valorização da revolta popular (como em Maurício Vinhas de Queiroz e Maria Isaura Pereira de Queiroz, ou mesmo no

saudoso Duglas Teixeira Monteiro) do que a acuidade rascante e dolorosa de Maria Sylvia Carvalho Franco (refiro-me à obra-prima **Homens Livres na Ordem Escravocrata**). Um clássico recente da antropologia brasileira, **Carnavais, Malandros e Heróis**, de Roberto DaMatta, presta a última homenagem à tradição urbana carioca em declínio.

É claro que poderíamos voltar ao século XIX, com Antonio Candido e Roberto Schwartz, e acompanhar o processo cultural brasileiro, que se estende da dialética da malandragem, de Manuel Antonio de Almeida, à oscilação ambivalente e amoral do narrador, em Machado de Assis. Ou poderíamos nos deter na teoria das polaridades em equilíbrio e da *hybris* luso-brasileira, formulada por Gilberto Freyre, segundo a leitura refinadíssima e criativa de Ricardo Benzaquen.

Qualquer que fosse nosso itinerário, alcançaríamos inevitavelmente, através das várias modalidades de valorização, sempre ambígua e perigosa, do malandro tradicional, a desafiadora questão da lei, da ordem, da margem e das transgressões, na sociedade brasileira. Em sua versão minimalista e benigna, a valorização da malandragem corresponde ao elogio da criatividade adaptativa e da predominância da especificidade das circunstâncias e das relações pessoais sobre a frieza reducionista e generalizante da lei, cuja aplicação mecânica às vezes produz efeitos perversos e desrespeita singularidades, que fazem toda a diferença. Em sua versão maximalista e maligna, porém, a valorização da malandragem equivale à negação dos princípios elementares de justiça, como a igualdade perante a lei, e ao descrédito das instituições democráticas.

A luta contra a ditadura foi dolorosa, mas nos ensinou muito. Sobretudo nos ensinou o valor da liberdade, demonstrando que as instituições regidas por regras universalistas, inspiradas na tradição liberal-democrática, constituem barreiras poderosas e indispensáveis contra o arbítrio. E o arbítrio despótico é a

característica distintiva do Estado ditatorial. Enquanto, na Europa e nos Estados Unidos, os estudantes lutavam contra a coerção das instituições e as múltiplas opressões exercidas pelos micro-poderes que ellas engendram, nós aprendemos a lutar pela construção das instituições, mesmo reconhecendo que elas trazem consigo, inexoravelmente, dimensões sombrias e efeitos perversos, exclusões e pequenas tiranias. Enquanto a nova esquerda européia criticava a democracia, entendida como uma barricada anteposta ao desejo, aos seus fluxos, à emancipação radical dos sujeitos, em sua múltipla diversidade interna e externa, nós, ou muitos de nós, no Brasil e na América Latina, nos dedicávamos a colaborar na construção da democracia, entendida como uma barricada anteposta ao poder do Estado ou ao poder absoluto das oligarquias econômicas. Foucault, Deleuze e Guattari chegaram ao Brasil pela contramão. Assim como a tradição dominante na Escola de Frankfurt, anterior a Habermas ou a Craig Calhoun, os franceses neo-anarquistas recusavam-se a pensar positiva e construtivamente, aliando-se a movimentos sociais que, de um modo ou de outro, buscassem ordens destinadas a estabilizar-se, ou seja, a institucionalizar-se. Nós, no Brasil, na América Latina, na Índia e em outras regiões do mundo, nós que viemos da tradição socialista, tivemos de enfrentar uma situação intelectual muito difícil e exigente. Nós tivemos de dar resposta, de dialogar, de incorporar – pelas virtudes intrínsecas, mas também por motivos ligados, digamos, à dinâmica “colonial” – as contribuições dos pensadores da negatividade e da anarquia. Mas tivemos de fazê-lo, sem renunciar à valorização dos aspectos positivos ou progressistas do processo histórico, sem abdicar da valorização da institucionalidade democrática. Se, no século XIX, o liberalismo, nos trópicos, estava fora de lugar, como propõe Roberto Schwartz, nas últimas décadas do século XX, tanto o liberalismo quanto sua refutação radical pela esquerda estão fora de lugar, por assim dizer. Afinal, nós falamos de um regime que nunca tivemos e, simultaneamente, temos de apontar os riscos futuros, decorrentes do desdobramento do regime que gostaríamos de ter, no presente.

Por isso, hoje, nos encontramos nessa situação paradoxal: levamos a sério Michel Foucault e Jacques Lacan -- através, por exemplo, da leitura esquerdista e politizante de Slavoj Žižek --, mas advogamos as virtudes das instituições liberal-democráticas. Incorporamos a crítica pós-moderna às pretensões totalizantes, reducionistas e essencialistas das grandes meta-narrativas, mas acreditamos no progresso histórico e postulamos políticas desenvolvimentistas, e modernizantes para o Brasil. Reconhecemos as limitações excludentes e as violências intrínsecas à democracia, mas não vemos vantagem em qualquer alternativa viável. E, sobretudo, não nos permitimos o isolamento absenteísta ou academicista, a única saída possível para tornar congruentes a crítica radical com a torcida pelo progresso, na medida em que essa torcida e essa crença se deslocariam para a sombra remota da privacidade e da idiosincrasia. Pelo contrário, entregamo-nos inteiramente à experiência esquizofrenizante da ambivalência e da contradição, como o que, aliás, replicamos o ritmo e a trilha em que se tem disposto, historicamente, a cultura brasileira.

Eis-nos, então, desempenhando esse papel picaresco, mas digno e necessário: estudamos a polícia, discutimos vantagens comparativas de métodos de policiamento, escrevemos extensamente sobre criminalidade e impunidade, e, dia sim dia não, entramos nas salas de aula e sugerimos aos alunos que leiam, por exemplo, **Histoire de la Folie à l'Age Classique** (de Michel Foucault), ou **Les Appareilles Idéologiques de l'Etat** (de Louis Althusser), ou **Surveiller et Punir** (de Foucault), ou **Life in Fragments** (de Zigmunt Baumann), ou **Economies of Signs & Space** (de Scott Lash e John Urry), ou ainda **The Sublime Object of Ideology** (de Slavoj Žižek). E atenção: não pedimos essas leituras aos estudantes apenas porque é preciso que eles conheçam todas as posições relevantes, no campo intelectual. Pedimos porque frequentemente nos identificamos com as posições desses autores, ainda que não inteiramente. A parcela de consenso já é mais do que suficiente para provocar insônias, angústias e outros sintomas

que as contradições costumam produzir. Para ser mais claro e objetivo: o que eu digo é que muitos de nós, intelectuais de formação socialista, convertidos à democracia, numa penosa e longa educação pela pedra, como diria o mestre João Cabral de Mello Neto, ainda concordamos com a tese de que o sujeito se identifica a partir de processos combinados de interpelação institucional, em cujos termos o sujeito toma como seu o discurso do Outro, o discurso hegemônico na sociedade, politicamente comprometido, o qual pode-se alterar e emendar apenas na margem. Ao mesmo tempo, esses mesmos intelectuais, que compram em parte o pacote lacaniano-althusseriano, descartam a noção de ideologia ou a despolitizam, tomando-a como sinônimo de cultura, o que é necessário, na medida em que pensam as instituições políticas positivamente e consideram os aspectos negativos meros resultados de sua insuficiente realização, da precariedade de seu funcionamento. Esse exemplo é imaginário, mas me parece plausível e representativo da síndrome que estou tentando descrever e da qual eu próprio não estou imune, por suposto.

A profundidade das contradições certamente varia, assim como varia o grau de consciência individual a respeito das próprias ambivalências, oscilações, hesitações, ambiguidades e tensões teóricas, éticas, ideológicas e políticas. Mas o fato é que não incorporamos, intelectualmente, todo o pacote liberal, ao incorporarmos o valor prático e histórico da democracia e do progresso social. Preservamos parte significativa de nossa herança crítica e segmentos importantes do pensamento negativo. A *bricolage* que resulta dessa conversão tardia à democracia é incongruente, como toda *bricolage*. A combinação em que se justapõem e se recondicionam mutuamente valores e conceitos liberais, com valores e conceitos do pensamento crítico, em suas múltiplas vertentes (hegeliana, marxista, ou nietzscheana), é conceitualmente, teoricamente inconsistente. Mas essa inconsistência é perfeitamente legítima e aceitável, como um momento na história política de um grupo social específico, os

intelectuais, situados em um contexto nacional e internacional bastante peculiar. A inconsistência, desde que reconhecida e elaborada, pode ser fonte de criatividade e talvez marque a singularidade da contribuição que a periferia do capitalismo pode, hoje, oferecer, ao pensamento social. Para acentuar a legitimidade do híbrido liberal-crítico, basta mencionar os casos extremos, atualizados pelos personagens patéticos – e os há, em grande número – que se salvaram do hibridismo, rendendo-se integralmente a uma ou a outra opção: de um lado, os arrivistas que se ufanam das virtudes do liberalismo, entendido no sentido latino da palavra; e, do lado oposto, os que resistem à mudança, se fecham mais e mais, e lutam como podem para manter os farrapos de suas convicções dogmáticas. O patético dessas posições extremas revela, por contraste, a sensatez e a riqueza dos hibridismos.

Voltando à questão dos estudos sobre violência, eu gostaria de fechar o círculo do raciocínio afirmando que, paralelamente à adesão política à democracia e, conseqüentemente, à sua estrutura institucional, marcada por princípios liberais, os intelectuais e pesquisadores afastaram-se da velha postura, que tendia a idealizar o agente da criminalidade. Aliás, não só por conta da virada ideológica, mas também porque, em certa medida, mudaram os próprios criminosos: a violência se banalizou e assumiu escalas industriais, com a expansão do contrabando de armas, crescentemente poderosas e sofisticadas. Os laços com a comunidade de origem tornaram-se uma quimera. Hoje, em cidades como o Rio de Janeiro, as relações entre bandidos e população, nos bairros pobres e nas favelas, são antes de mais nada tirânicas, apoiadas na difusão do terror. Há muito tempo Robin Hood aposentou-se.

Hoje, os pesquisadores dedicados à temática da violência e da criminalidade partem do suposto de que não há vida democrática sem segurança pública e que o problema da ordem pública não será resolvido pelo *fiat jacobino* da revolução socialista, a qual,

segundo as cartilhas marxistas, dissiparia a maior parte dos conflitos humanos ao extinguir as diferenças entre as classes sociais. Por consequência, devotam-se a analisar políticas públicas alternativas e modalidades mais ou menos eficientes de repressão à criminalidade. Pois é neste ponto preciso que eu gostaria de retomar o argumento com que abri essa exposição. Particularmente, a idéia de que, mesmo sendo, hoje, impensável um recuo à idealização ou à defesa dos criminosos, parece-me igualmente complicada e, no entanto, pouco debatida, a posição oposta, isto é, aquela que não vê qualquer dificuldade em traçar uma linha divisória entre o justo, o legítimo, e o injusto e ilegítimo; entre a ordem e a desordem, entre a lei e a marginalidade. Minha interrogação problematizadora apóia-se em um enunciado muito simples: vimos sob uma Constituição que se quer liberal-democrática. Se é assim, é preciso aplicar ao caso brasileiro os princípios que, desde o século XVII, nortearam o liberalismo. Não importa se adotamos a vertente contratualista ou utilitária. Em ambas as tradições, a ordem liberal se fundamenta na obediência à lei pactada -- pactada, é claro, através de representantes. No entanto, rezam todas as cartilhas liberais que a obediência ao Estado só é devida se as condições elementares que induziram ou induzem à vida ordeira, sob a autoridade concertada do Estado, forem mantidas ou enquanto o forem. A impotência do Estado em prover segurança e meios adequados de sobrevivência, que incluem chances de prosperidade, libera os indivíduos do dever da obediência e legitima a desobediência civil.

Vejam em que enrascada nos metemos: de um lado, não podemos, política e eticamente, justificar a criminalidade; por outro lado, como deixar de reconhecer que o Brasil, assim como boa parte dos países periféricos, não dispõe de um Estado capaz de garantir a ordem pública e de proporcionar cidadania, e condições aceitáveis de vida a parcela expressiva da população? E se reconhecemos essa impotência, como deixar de reconhecer a falência da legitimidade do Estado e os direitos de desobediência, por exemplo, no que diz respeito às regras da propriedade privada?

Armando o quadro mais amplo de nosso impasse, que é a um só tempo conceitual, ético, político e ideológico, é possível compreender, talvez agora melhor do que antes, as virtudes do hibridismo intelectual a que me referi e que, a meu juízo, caracteriza o campo das ciências sociais, da antropologia, em particular, e das humanidades, de um modo geral, no Brasil, hoje. Hibridismo no interior das disciplinas e entre ellas, atravessando-as e as conectando, de formas inusuais. Minha hipótese é que o impasse, do ponto de vista estritamente liberal, é insolúvel, mas pode se tornar manejável e pode chegar a ser reformulado, se nós o enfrentarmos com a seguinte receita: adesão minimalista à teoria liberal-democrática e adesão minimalista ao pensamento crítico, articulados de modo pragmático, no contexto histórico, bastante específico, que é o nosso.

Passo a aviar a receita: começemos pela adesão minimalista ao pensamento crítico, que eu gostaria de descrever como o recurso à interpretação da história do Brasil a partir de uma meta-narrativa sociológica, cujo foco é o domínio político, o conflito de interesses e a disputa social pela hegemonia, na esfera simbólica em que opera o imaginário popular e na qual circulam os valores. Antes de passar à dosagem necessária de adesão liberal e a seu sentido específico, na fórmula que lhes apresento, é preciso desenvolver as implicações da adesão à perspectiva crítica, extraíndo suas principais consequências.

Pensar o Brasil por esse ângulo crítico significa destacar alguns aspectos de sua história, bastante discutidos, nos anos 70, mas, depois, curiosamente, esquecidos ou negligenciados. Refiro-me à tese, partilhada por muitos, segundo interpretações variadas, mas defendida de modo talvez paradigmático por Otavio Velho, em **Capitalismo Autoritário e Camponato** (Difel, 1975), que adaptou, criativamente, o modelo de Barrington Moore ao caso brasileiro, propondo a compreensão do processo histórico nacional como a realização da via autoritária de desenvolvimento de capitalismo. Expressão análoga, em linguagem marxista, foi

frequentemente empregada, nos debates dos anos 70: modernização conservadora.

Visto por esse ângulo, o nó da história do Brasil é o acordo entre as elites, o compromisso entre oligarquias, a grande aliança entre os setores dominantes do campo e da cidade. Houve, é verdade, concessões e tentativas de cooptação das massas urbanas, desde os anos 30, e algum esforço análogo dirigido às massas rurais, a partir dos anos 60, sobretudo através da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e da criação do FUNRURAL, que fortaleceu e projetou a CONTAG, no cenário político nacional. Todavia, o pacto entre as elites sempre excluiu as classes subalternas, ao contrário do que se verificou nos países que seguiram a via democrática de desenvolvimento do capitalismo, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. A aliança oligárquica é tão forte, que, até hoje, a Reforma Agrária continua a ser um anátema e o PFL -- possivelmente o Partido que mais se identifica com os grandes interesses rurais -- continua compartilhando o poder.

As duas principais correntes de opinião, à esquerda do espectro político, antes de 64, coincidiam na convicção de que a aliança entre as elites urbanas e rurais, sob a égide da influência imperialista, inviabilizaria o desenvolvimento das forças produtivas e o progresso social, como se dizia à época (penso nos autores ligados ao ISEB, de um lado, e em Caio Prado e Florestan Fernandes, de outro). Para os autores vinculados ao ISEB, de um modo geral, assim como para o Partido Comunista Brasileiro, o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, exigiria a participação das classes subalternas, em um pacto burguês-nacional-popular. Apostavam na coalizão "populista" como o instrumento político mais apropriado à articulação da frente reformista, que a conjuntura exigia. Os marxistas de São Paulo só enxergavam alternativa na eventual virada socialista.

O que ninguém, à esquerda, supunha, naquele momento, é que o desenvolvimento acelerado do capitalismo, no Brasil, viria exatamente pela associação entre os protagonistas de sempre, radicalizada e tornada viável pela ditadura militar. Vieram, então, os tempos de crescimento econômico explosivo, de transformação radical do mapa sociológico brasileiro: em menos de duas décadas, um país que tinha 70% de sua população no campo, transfere-se em massa para as cidades, de modo caótico e em condições extremas de privação, exploração e miséria, a ponto de tornar-se uma nação eminentemente urbana (apenas 30% de sua população mantêm-se no campo) e um dos maiores exemplos, em todo o mundo, de concentração de renda e de separação entre as classes.

Tivemos, afinal, desenvolvimento do capitalismo, mas a riqueza gerada não foi distribuída e não enriqueceu a sociedade, em seu conjunto. Nossa democracia, frágil e precária, foi construída entre as ruínas da crise que sucedeu a grande expansão do "milagre econômico". Crise social, econômica, política e cultural, em que nos encontramos ainda hoje. Não é preciso fazer aqui o inventário de nossas mazelas. Elas são suficientemente conhecidas e estão expostas à luz do sol.

Uma característica cultural entrelaçou-se com a modernização conservadora, gerando uma série de problemas, que se ligam diretamente, ainda que não exclusivamente, às questões da violência e da criminalidade. Aliás, nesse contexto, parece até absurdo associar violência apenas com criminalidade. Aliás, nesse contexto, parece até absurdo associar violência apenas com criminalidade. O processo de acumulação capitalista foi tão brutal, que a criminalidade não pode ser destacada, unilateralmente, como se fosse uma variável passível de definição autárquica, sem que se cometa um grave equívoco. A característica cultural a que me refiro foi analisada seguidamente na obra de Roberto DaMatta e de alguns outros antropólogos: a primazia do relacional sobre o individual e do hierárquico sobre igualitário, na sociedade brasileira.

Vejam bem a química perversa precipitada pela combinação entre via autoritária de desenvolvimento do capitalismo e modelo cultural hierárquico. A hierarquia deixa de ser, gradualmente, um valor e um princípio simbólico de ordenação do mundo, perdendo algumas de suas propriedades fundamentais, como a responsabilidade que liga o superior ao inferior. Por exemplo, o compadrio do camponês com o Coronel, estudado por Duglas Teixeira Monteiro e Antonio Augusto Arantes, entre outros, implica a consagração da dependência, mas, ao mesmo tempo, também implica a atribuição do dever de proteção ao superior hierárquico. Uma relação, afinal, é celebrada ritualmente. Ainda que se trate de uma relação assimétrica, de uma relação de dominação, ela envolve estabilização de expectativas, mutualidade de compromissos e valores compartilhados de lealdade e honorabilidade, que ajudam a construir identidades sociais positivas, merecedoras da estima pública. Por contraste, pensemos nas relações rotineiras, no Brasil urbano contemporâneo, entre indivíduos de classes distintas. Lembremo-nos do "você sabe com quem está falando?", decifrado por DaMatta. Pensemos no caso mais perverso e grotesco, naturalizado a ponto de se tornar quase invisível: a instituição brasileira da empregada doméstica. Na medida em que as relações de trabalho se modernizam, tendem a tornar-se crescentemente impessoais. Compromissos tradicionais, que compensavam a verticalidade das relações interindividuais, dissolvem-se progressivamente. Por fim, corremos o risco de chegarmos ao ponto, do qual nos aproximamos celeremente, em que a relação de trabalho perde a dimensão de mutualidade, mas não se moderniza completamente, isto é, não se regula, na prática, como qualquer profissão, segundo critérios precisos de obrigações contratuais, horários, direitos, garantias, estabelecimento de limites claros, etc... Temos, assim, o pior dos dois mundos: o pior da hierarquia, da qual escapam os valores que envolvem mutualidade e só se conservam as diferenças e suas consequências, como o exercício de poder e a afirmação de autoridade; e o pior da formalidade moderna, típica do domínio racional-legal, na ordem liberal-democrática, que é a indiferença, a disposição permanente e

irrestrita a maximizar benefícios individuais, e a renúncia legitimada à responsabilidade pelo outro.

Pela via desses exemplos, que assinalam a deterioração da hierárquica, no contexto da modernização conservadora, que se caracteriza por ser socialmente excludente e regressiva, reencontramos o quadro mais amplo da história do Brasil. Antes de prosseguir, vale o registro, ainda que soe trivial: o modelo cultural hierárquico atuou sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como sofreu as consequências de sua dinâmica. É muito provável que estejamos diante de afinidades eletivas: pelo menos nas fases preliminares de desenvolvimento, ambos se convêm, a hierarquia e a via autoritária, ainda que não se determinem reciprocamente.

A incompletude do processo de modernização capitalista, no Brasil, e o hibridismo que o tem marcado, nos remetem, de volta, à imagen da receita: adesão minimalista ao modelo liberal e comprometimento minimalista com a perspectiva crítica, que, no caso da presente exposição, apareceu sob a forma da teoria histórica de Barrington Moore e Otavio Velho, e da interpretação antropológica de DaMatta. Seguimos a pista do pensamento crítico. Já conhecemos o resultado: um retrato do drama social brasileiro, com ênfase na dominação de classe e no fenômeno da erosão de relações tradicionais, e de sua substituição incompleta por um sistema de relações individualistas, estruturado pelo mercado e por princípios universalistas e igualitários de justiça e cidadania.

É tempo de explicar o sentido da adesão minimalista ao pensamento e aos valores liberais. Nesse ponto, é fácil entender os motivos que me levam a acentuar virtudes do liberalismo. Eu sou membro de uma geração que, como disse, aprendeu a dura lição das derrotas sucessivas, com toda sua carga de violência do Estado e opressão política. Eu, talvez como a maioria dos intelectuais brasileiros e, em particular, os de minha geração, há muitos anos fui persuadido, não é demais repetir, de que o único caminho viável

para combinar, na medida do possível, liberdade e igualdade, é a democracia, a despeito de suas evidentes limitações. Passel valorizar o individualismo e a tradição cultural que se define a partir da utopia da emancipação individual. E reconheci as vantagens relativas da igualdade impessoal de todos diante da lei. Convenci-me também de que a diferenciação entre as esferas da vida social, que Weber considera característica distintiva da modernidade, amplia o espaço de liberdade e as chances para a exploração da multiplicidade subjetiva que cada individualidade potencialmente irradia, na medida em que tende a acomodar, funcionalmente, incongruências e transformações.

Esse processo de persuasão foi, para mim como para boa parte de meus colegas, simultaneamente político e teórico: compramos, parcialmente –pois trata, afinal de contas, de uma adesão minimalista –, uma teoria do social e uma concepção política, que se traduz no endosso prático a determinado conjunto de valores.

Combinando-se as concepções e os valores do liberalismo com as concepções e os valores de teorias críticas, produz-se um hibridismo interessante, uma espécie de animal transgênico do mundo das idéias. Hibridismo curiosamente análogo ao hibridismo que atravessa e ordena a sociedade brasileira. Sociedade que é, como vimos, ao mesmo tempo, orientada por elementos do modelo cultural hierárquico e socializada de acordo com o modelo cultural próprio ao individualismo igualitário liberal. A diferença é que, enquanto nosso hibridismo intelectual pode ser um instrumento eficaz para a compreensão das contradições e ambivalências brasileiras, a duplicidade de modelos culturais tende a ser vivida pela própria sociedade, como uma mensagem dupla (*double bind*), que gera práticas e valores contraditórios, desestabiliza expectativas e desorienta os agentes sociais subalternos, dificultando afirmações de sua autoestima e multiplicando cenas potenciais de humilhação, e opressão despessoalizante, enquanto favorece as elites, flexibilizando seus constrangimentos e critérios de juízo, em causa própria.

Em outras, palavras, estou propondo três hipóteses: (1) o híbrido intelectual, resultante da combinação entre teoria liberal crítica, viabilizado pela dupla adesão parcial ou minimalista do cientista social, pode ser um recurso positivo para a compreensão do dilema brasileiro e, mais especificamente, para circunscrever a problemática da violência, enquanto fenômeno associado à criminalidade. (2) A primeira hipótese pode se revelar verdadeira em função da homologia entre o híbrido intelectual e o híbrido sócio-cultural vivido pela própria sociedade brasileira, que se caracteriza pela duplicidade de modelos simbólicos e valorativos, nos quais são socializados os indivíduos. (3) O processo ambivalente de socialização dupla acarreta dois tipos de consequências: (3.1.) para as classes subalternas funciona como matriz de duplas mensagens, isto é, funciona como matriz geradora de mensagens do gênero: você é um indivíduo e, portanto, um cidadão igual aos demais, sob a lei e as instituições do Estado; você não é um indivíduo como todos os outros e deve respeitar os limites de sua posição na rede hierárquica de relações interpessoais. (3.2) Para as elites funciona como instrumento de flexibilização dos rigores das disciplinas legais e como mecanismo simbólico de naturalização das divisões entre classes, estamentos grupos de *status*, etc...

Ou seja, mais uma vez e como sempre, as elites aproveitam a ambiguidade a seu favor, enquanto os grupos sociais subalternos introjetam e experimentam a ambivalência como a enefetividade da igualdade e a dupla perda da proteção e do sentido de dignidade, que tradicionalmente se associam às posições inferiores, na ordem hierárquica. Os efeitos sobre os processos de identificação e autoconstituição podem ser muitos graves, como se pode facilmente imaginar. Imaginemos o filho de uma empregada doméstica ou de um porteiro de prédio, que convive com o subtexto liberal individualista na escola, na televisão, na convocação universalista ao consumo, mas que assiste à encenação cotidiana da hierarquia personalizada, reduzida ao esqueleto da verticalidade e às manifestações de poder e de autoafirmação dos superiores,

através de uma violência treatralizada, estetizada, insidiosa, surda e naturalizada. Imaginemos a economia psíquica do filho da empregada ou do porteiro e as dificuldades em resgatar o valor, no contexto da vivência de humilhações continuadas e da exclusão do consumo, que se prometia universal, pródigo e includente. Imaginemos o desenvolvimento dos processos identitários de um sujeito interpelado por duas linguagens e duplamente exilado, que se descobre, aos poucos, inapelavelmente condenado ao gueto que o separa para sempre da integração plena à sociedade e das gratificações narcísicas da cidadania.

Por outro lado, a dupla mensagem hierárquico-individualista provê armas poderosas à elites, permitindo que as divisões socio-econômicas sejam naturalizadas, com a linguagem hierárquica, e que se lavem as mãos, com a linguagem individualista, em nome do fato de que, afinal, nos termos dessa linguagem, não se deve ser paternalista no mundo ugualitário da competição interindividual.

Mais ainda: a dupla mensagem ou a duplicidade de modelos culturais estimula e justifica, por motivos óbvios, a corrupção das elites e a impunidade de seus próprios crimes. Corrupção e impunidade que precisam ser focalizados, aliás, como duas faces de uma mesma moeda, cunhada pela dinâmica típica da via autoritária de desenvolvimento do capitalismo. No âmbito da modernização conservadora, as polícias sempre foram as disciplinadoras e exploradoras dos grupos subalternos. Todos sabemos, por exemplo, que a tortura só se tornou da agenda pública quando antigiu as camadas médias.

Muito bem o hibridismo intelectual pode ajudar a compreender os dilemas do hibridismo cultural brasileiro. No entanto, eu pretendo mais do que simplesmente descrever e revalorizar a ambiguidade teórica, atribuindo-lhe especial sensibilidade para a problemática da sociedade brasileira, da qual, não por acaso, ella é parte. Eu gostaria de postular a idéia de que o hibridismo intelectual faz mais do que ajudar a compreender o Brasil: sua química extravagante

tende a induzir a compromissos políticos positivos. Por um motivo até mesmo banal: reconhecer a centralidade da democracia e dos valores da tradição liberal, como igualdade sob a lei e liberdade apenas limitada pelo direito equivalente alheio, implica comprar, mesmo que em parte, conceitos teóricos de extração liberal. Contudo, aderir a valores democráticos, crer no progresso e pensar a partir de algumas categorias igualitárias e individualistas, hoje, no Brasil, implica defrontar-se com as limitações e as exclusões embutidas no projeto liberal-democrático, voltando para a inserção ativa do capitalismo brasileiro no mundo globalizado, no contexto de uma forte tradição nacional autoritária e excludente. Isso pode conduzir ao refinamento de abordagens críticas da institucionalidade liberal-democrática, tal como historicamente realizada no país. O confronto com os limites, as contradições e a violência embutida no processo liberal-democrático, desperta o outro lado de todo brasileiro, par usar uma expressão reducionista e simplificadora: o outro lado do brasileiro é sentimento do compromisso com as relações e de responsabilidade pelos outros. A diferença entre o intelectual que assume seus compromissos sociais e as demais elites é que o primeiro não usa a flexibilidade que a dupla mensagem cultural lhe proporciona para justificar as iniquidades e lavar as mãos. Faz exatamente o inverso: recorrendo à sensibilidade hierárquica, não foge à culpa e à responsabilidade, ao menos idealmente, e, por outro lado, recorrendo à sensibilidade igualitária e liberal, reclama os direitos universais à cidadania como condição sine qua non para que as idéias de emancipação individual, liberdade e competitividade produtiva façam qualquer sentido prático e não sejam somente farsas ideológicas.

Procurei, até aqui, descrever o contexto mais amplo em que, a meu juízo, as diversas formas de violência e de criminalidade devem ser pensadas, no Brasil. Posso, agora, focalizar especificamente esses problemas, tomando como chave interpretativa o próprio contexto. Eis a hipótese conclusiva que gostaria de compartilhar com vocês (com os leitores): eu diria que há três modalidades mais graves de violência criminal, ambas dependentes da maior das violências,

que, a meu ver, é violência estrutural da dupla mensagem associada à exclusão em massa da cidadania:

(1) A primeira modalidade de violência criminal é a que se verifica nos circuitos em que operam as elites econômicas e políticas. Refiro-me aos crimes de corrupção e de assalto ao patrimônio público, os quais, mesmo não importando diretamente em agressões físicas, se realizam sob a forma espetacular de uma intensa violência simbólica, porque, impunes, difundem na população um sentimento de impotência e de descrédito nas instituições e até mesmo na própria viabilidade da vida coletiva.

(2) A segunda modalidade de violência criminal é a que se verifica, com fins lucrativos, sobretudo nos circuitos em que transitam as classes subalternas, até mesmo nos circuitos geográficos em que vivem os mais pobres, espaços sociais em que se concentram os excluídos e as vítimas do preconceito racial, tão presente quanto negligenciado, no Brasil. Para analisar esses tipos de crimes violentos, em suas diversas formas e múltiplas dinâmicas, acho que seria necessário pensá-los contra o pano de fundo sócio-econômico e cultural, isto é, contra o pano de fundo do jogo perverso da dupla mensagem. Há dois principais efeitos da dupla mensagem associada à exclusão social (e eu, aqui, retomo por outro ângulo formulações anteriores): ou ela desnorteia o indivíduo, na relação consigo mesmo e com os outros, bloqueando a resistência politizada à opressão; ou ela enseja combinações explosivas entre, digamos, a valorização do poder e da disputa sem limites ou "darwiniana" pela supremacia. Eis o cenário adequado para a proliferação de micro poderes tirânicos e para a tendência à acomodação de suas vítimas principais. Os baronetes do tráfico de drogas, por exemplo, impõem-se pelo terror. Mas não nos devemos esquecer que o medo encontra um terreno fértil em formações subjetivas marcadas pela desestabilização identitária, provocada pela socialização dupla que venho discutindo. A outra condição dos micro-poderes e do rosário de práticas delituosas e violentas que os acompanha é, evidentemente, o acesso a

armamento poderoso. Parte do problema, e não da solução, têm sido as instituições policiais. Todavia, não seria possível discutir, aqui, essa questão complexíssima.

(3) A terceira modalidade de violência criminal que gostaria de destacar é aquela que atravessa todos os circuitos sociais e não tem fins lucrativos, nem se submete a cálculos estratégicos, movidos por interesses mercantis. Essa modalidade atinge sobretudo as mulheres, mas também as crianças, e revela uma realidade espantosa, dramática e quase completamente desconsiderada no Brasil. Sua principal arena é a casa e seu nicho social são as relações de parentesco, de conjugabilidade e de vizinhança. A casa, outrora cantada em prosa e verso como espaço de proteção e amor, é palco frequente das mais diversas formas de violência, as quais nos remetem à discussão sobre a opressão das mulheres e sobre as condições em que são criadas as crianças, no país.

Mais uma vez, o contexto histórico e cultural é da maior importância. Eu pessoalmente estou convencido, ainda que esteja longe de poder demonstrar meu argumento, de que a dominação de gênero, no Brasil, opera como a matriz da socialização no modelo hierárquico e representa um verdadeiro tabu para nossa sociedade, apesar dos esforços das feministas, na medida em que o modelo hierárquico está sendo bombardeado pelo modelo liberal individualista e igualitário, gerando o hibridismo tenso que descrevi. Muito pouca gente, no Brasil, mesmo entre os politizados, leva suficientemente a sério a problemática política das relações entre os gêneros. Essa negligência persistente e difusa soa como sintoma da magnitude da questão.

Finalmente, gostaria de sugerir um tema para reflexão – tema que complexifica consideravelmente o quadro que expus. Refiro-me à globalização. Não haverá tempo para lhe conferir o tratamento cuidadoso que exige. No entanto, é indispensável mencioná-lo, trazê-lo à discussão e mostrar que a interpretação que propus não se completa sem ele.

Há uma tendência bastante conhecida de internacionalização dos problemas associados à criminalidade, sobretudo àquela que atinge os fluxos virtuais do capital financeiro e àquela vinculada ao imenso negócio do tráfico de armas e de drogas. Internacionalização nas duas pontas, do crime e da repressão. Esse processo, por sua vez, gera a necessidade, não apenas de conjugação cooperativa de esforços, na investigação e na repressão, mas também de uniformização crescente das diversas legislações nacionais. Como é natural, em um mundo desigual, a uniformização inevitavelmente beneficia os países centrais ou privilegia suas decisões, pois ela se realiza como difusão das legislações dos países centrais. A consequência imediata desse processo é que os países periféricos tendem a sofrer pressões crescentemente poderosas para adotar legislações determinadas, o que limita as chances de que haja experimentações inovadoras e liberalizantes, na área das drogas, assim como reduz as chances de que haja um controle efetivo, nos países centrais, à exportação de armas. Em outras palavras: os Estados Unidos vêm desenvolvendo uma política extremamente dura contra as drogas, que tem se revelado um imenso fracasso, um verdadeiro desastre. No entanto, esforçam-se por expotá-la e por evitar experimentos liberalizantes, sobretudo nos países exportadores ou intermediadores. As chances futuras de que venhamos a ter políticas descriminalizantes e mesmo liberalizantes, no Brasil, que considero indispensáveis, talvez dependam de mudanças políticas internas aos Estados Unidos, nessa área, fruto de suas próprias contradições, e, em menor proporção, talvez também dependam das contradições entre os próprios países centrais, quanto a essa matéria. Entretanto, não pretendo subestimar as dinâmicas políticas internas ao Brasil, que podem produzir surpresas positivas, até mesmo por conta da visão aberta e sofisticada sobre essa questão de algumas lideranças nacionais.

Por outro lado, legislações internacionais e controles repressivos internacionais podem se desenvolver com sucesso, no futuro, na

área dos crimes financeiros, reduzindo as margens internas de liberdade do predadores.

Quanto aos crimes sem fins lucrativos, relacionais ou interpessoais, que identifiquei como a terceira modalidade e que atigem sobretudo mulheres e crianças, creio que tendem a se tornar, cada vez mais, um foco de atenção pública e de investimento político, por parte dos movimentos sociais, em parte exatamente por conta da exposição internacional das agendas públicas nacionais, particularmente aquelas dos países centrais. Ao contrário do que ocorre com o Brasil, a temática da violência contra a mulher e contra as crianças ocupa um lugar de grande destaque, nas agendas dos países centrais – particularmente, nos Estados Unidos. Mais do que a simples influência, decorrente da exposição de agendas nacionais, creio que a internacionalização dos movimento sociais – um dos efeitos e condições mais positivos e interessantes da globalização – tenderá a alterar prioridades e a mudar agendas públicas nacionais, inclusive no Brasil.

Espero que o quadro que procurei descrever e interpretar ajude a reinscrever os debates sobre violência e criminalidade, nos contextos histórico, social, cultural é político, evitando sua quase inevitável contaminação por questões políticas conjunturais, as quais, muitas vezes, nos dividem, desnecessariamente, e encobrem os dilemas verdadeiramente importantes.